

Apresentação

Os dois primeiros textos da seção Artigos deste número de GeoTextos tratam de uma temática comum: a apropriação do espaço por populações tradicionais. No artigo de Mario Alberto Santos o foco recai sobre as relações entre ação política, sensibilidade geográfica (geograficidade) e gestão territorial na Reserva Extrativista (Resex) Marinha de Canavieiras, na Bahia, analisada pelo autor em sua tese de doutorado. Ao refletir sobre a atuação da Associação Mãe dos Extrativistas Marinhos da Resex de Canavieiras (AMEX), Santos vai afirmar que “há entre os seus representantes e lideranças a plena consciência” da “relevância histórica dos pescadores e marisqueiras artesanais, (...) que hoje se desdobra em questões econômicas e de saúde pública, visto que a natureza preservada garante inúmeras outras atividades econômicas, sobretudo o turismo, fonte de receita para Canavieiras e outros municípios da região”. A análise do papel do Estado nos processos de gestão territorial da RESEX mostra que, por um lado, os entes estatais envolvidos têm “nos saberes e fazeres de seus moradores-usuários um amparo essencial à sua realização”, mas, por outro lado, os “descaminhos criados pelo próprio Estado no cotidiano dessas pessoas, impedindo-as de acessar direitos sociais e políticos”, vão alimentar também “questionamentos frente à concepção de gestão territorial à qual o Estado as submete”. No segundo artigo da seção, Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente considera que “é pertinente perguntar a uma comunidade o que ela considera como seu patrimônio”, partindo dessa premissa para subsidiar uma reflexão sobre a noção de patrimônio junto a populações tradicionais, com um estudo de caso no Município de Ilhabela, no estado

de São Paulo, mais especificamente no bairro/na praia do Curral, de população caiçara, através da realização de entrevistas qualitativas e pesquisa bibliográfica. Segundo Calvente, “a ideia ou o conceito de patrimônio territorial tem uma clareza que permite sua apropriação para além das discussões acadêmicas, e pode/deve ser usado/a nas políticas públicas e nos diálogos com as comunidades tradicionais, permitindo compreender a posse das terras como um legado para um grupo social e não apenas no sentido jurídico individual”.

Os cinco artigos que se seguem, na mesma seção, são um passeio por recortes urbano-metropolitanos, tratando de diversas temáticas em cidades e metrópoles brasileiras: Como resultado de sua pesquisa de doutorado, Aiala Colares Couto vai refletir sobre os territórios-rede e territórios-zona do narcotráfico, na metrópole de Belém, mostrando que “todos os bairros de Belém que mantêm uma forte relação com o tráfico de drogas tornaram-se zonas sob o poder das redes territorializadas”, nesse contexto, a micropolítica deve ser “destacada como um elemento importante para a organização dos territórios a partir de um sistema social construído por seus sujeitos, no qual o narcotráfico cria as formas de controle” que vão caracterizar os territórios mapeados pelo autor; no quarto artigo da seção, Francisco Clébio Rodrigues Lopes problematiza o processo de metropolização de São Luís, evidenciando, através de suas reflexões, que “o tecido metropolitano é mais consistente nas áreas insulares em virtude dos interesses imobiliários e dos fluxos da migração pendular”, ao passo que “os interesses seletivos do econômico incorporam mais lentamente os fragmentos continentais”. O processo de metropolização em São Luís, para Lopes, produz “um tecido policêntrico e fragmentado em territórios que se articulam através dos objetos técnicos”; no artigo que se segue, Clímaco Cesar Siqueira Dias analisa o declínio do caráter mercantil do carnaval de Salvador, chegando à conclusão de que “a crise do modelo mercantil implantado na década de 1990 apresenta algumas tendências, mas nenhuma consolidada”. Entre essas tendências, Dias destaca a diminuição drástica dos blocos de trio, o expressivo aumento dos foliões pipoca e o surgimento de embriões de movimentos novos nos bairros do Santo Antônio Além do Carmo, da Barra e do Rio Vermelho, “expressos em bloquinhos que crescem a cada ano”. Para

o autor, “os blocos populares, principalmente os grandes blocos afro, que têm uma estrutura cara, estão diante de um impasse: ou buscam uma saída para a crise ou vão pressionar o poder público para aumentar ainda mais o financiamento, uma vez que os poucos patrocinadores estão diminuindo”; no sexto artigo da seção, Kelly Bessa, Andreia Cristina G. Cantuaria Lucini e Janaína Augusta Neves Souza buscam revelar “os processos de produção/reprodução do espaço urbano de Palmas, capital projetada do estado do Tocantins, sobretudo no que diz respeito à habitação”. Segundo as autoras, “esses processos, desde o início da implantação de Palmas, garantiram, de um lado, o sucesso do mercado de terras e dificultaram, de outro lado, o acesso à terra e à moradia, radicalizando uma perversa segregação residencial e uma profunda fragmentação socioespacial”. Em contraponto à segregação e à fragmentação, a produção e a reprodução do espaço urbano em Palmas vão resultar também “na criação de arenas/campos de lutas, seja por moradia, por infraestrutura, por equipamentos urbanos, por regularização fundiária, seja pelo direito à cidade e ao espaço”; em seu artigo, Bruno Candido dos Santos vai analisar a cidade de Londrina como um nó do transporte rodoviário interestadual de passageiros no Brasil, refletindo sobre a gênese e a consolidação da centralidade desta cidade paranaense e pontuando alguns dados sobre o desenvolvimento do transporte rodoviário de passageiros desde sua fundação. O autor buscar traçar um panorama atual “da circulação interestadual de passageiros que tem em Londrina um importante centro receptor e emissor de demanda, além do fato de o município funcionar como importante ponto de passagem para dezenas de linhas interestaduais que atendem a várias regiões brasileiras”.

No oitavo e último artigo da seção, Leandro Cosme Oliveira Couto e Luiz Eduardo Panisset Travassos, baseados nos conceitos de paisagem e geossistemas, vão aplicar técnicas de modelagem à paisagem do contato entre a planície do Rio das Velhas e a Serra do Espinhaço Meridional, em Minas Gerais, que se constitui como uma “amostra representativa de ampla diversidade geocológica em razão de sua localização”; o objetivo dos autores foi o de refletir sobre as vulnerabilidades natural e ambiental na região da paisagem circunscrita por seus levantamentos, “uma região que apresenta um contato entre um tipo de carste tradicional e um não

tradicional”, “abarcando considerável diversidade geológica, geomorfológica, pedológica e biogeográfica”.

Por fim, dois artigos compõem a seção Perspectivas neste número da revista: no primeiro, Mateus Boldrine Abrita e Walter Guedes da Silva vão buscar no pensamento de Florestan Fernandes e Raymundo Faoro contribuições “para a compreensão do Brasil no que concerne, principalmente, ao patrimonialismo e ao estamento”. Os autores buscam também apontar convergências e divergências entre Faoro e Fernandes no que concerne à revisão bibliográfica empreendida para, ao final, verificar indícios do patrimonialismo e do estamento burocrático na realidade contemporânea brasileira; no artigo que se segue, Leonardo Luiz Silveira da Silva e Alfredo Costa vão problematizar as regionalizações culturais mediante os pressupostos do pós-colonialismo, discutindo também o conceito de região, para concluir que, na atualidade, “a hibridez e a permeabilidade contribuem para que os limites das unidades regionais de temas culturais generalistas não sejam adequados”, lançando “o desafio de propor a representação de temas culturais com alto grau de especificidade tendo em mente que tal representação se mostrará mais adequada em espaços menores representados em escalas maiores” e se questionando sobre os meios que dispõe a Geografia para enfrentá-lo.

Boa leitura!

Angelo Serpa
Editor Responsável